



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



STEFALY KELLY NUNES SILVA

**DESAFIOS DA POLÍCIA MILITAR NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE
SEGURANÇA PÚBLICA EM PIRANHAS-GO: sensação de segurança e efetivo
reduzido**

GOIÂNIA-GO

2025

STEFALY KELLY NUNES SILVA

**DESAFIOS DA POLÍCIA MILITAR NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE
SEGURANÇA PÚBLICA EM PIRANHAS-GO: sensação de segurança e efetivo
reduzido**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Cleber Carvalho Rodrigues.

GOIÂNIA-GO

2025

DESAFIOS DA POLÍCIA MILITAR NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA EM PIRANHAS-GO: sensação de segurança e efetivo reduzido

CHALLENGES OF THE MILITARY POLICE IN PROVIDING PUBLIC SECURITY SERVICES IN PIRANHAS-GO: feeling of security and reduced staff

Stefaly Kelly Nunes Silva¹
Cleber Carvalho Rodrigues²

Resumo

A pesquisa examina os desafios enfrentados pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) na prestação de serviços de segurança pública em Piranhas-GO, município com 11.913 habitantes atendido por apenas nove policiais militares, sem Centro de Operações Policiais Militares (Copom) ou serviço 190. Contextualizada na interface entre efetivo reduzido e sensação de segurança, a análise avalia as limitações operacionais e as estratégias de adaptação policial. O objetivo geral foi compreender como a escassez de efetivo impacta a percepção de segurança da população e quais práticas os policiais adotam para otimizar sua atuação. Os objetivos específicos incluíram identificar desafios operacionais, avaliar a percepção dos policiais sobre sua influência na sensação de segurança, analisar os impactos da ausência de Copom e serviço 190, e investigar estratégias locais. A metodologia quali-quantitativa envolveu entrevista semiestruturada com o Tenente Comandante e questionário aplicado aos oito praças, coletados em abril de 2025. Os resultados indicam que 88,9% dos policiais consideram o efetivo insuficiente, comprometendo a segurança da equipe (100%), o tempo de resposta (66,7%) e a qualidade do serviço (77,8%). A presença ostensiva é limitada (66,6% discordam de sua suficiência), mas estratégias como foco em áreas críticas, parcerias com outras forças e divulgação em redes sociais são adotadas. A ausência de Copom e serviço 190 agrava a precariedade, enquanto o suporte institucional é percebido como insuficiente (77,7%). Conclui-se que a escassez de efetivo compromete a sensação de segurança, demandando reestruturação administrativa e logística.

Palavras-chave: Segurança Pública; Efetivo Reduzido; Sensação de Segurança; Policiamento Ostensivo; Piranhas-GO.

Abstract

This study investigates the challenges faced by the Goiás State Military Police (PMGO) in providing public security services in Piranhas-GO, a municipality with 11,913 inhabitants served by only nine military police officers, without a Police Operations Center (Copom) or 190 emergency service. Situated at the intersection of reduced staffing and the feeling of security, the analysis assesses operational limitations and police adaptation strategies. The general objective was to understand how the shortage of personnel impacts the population's perception of security and what practices officers employ to optimize their performance. Specific objectives included identifying operational challenges, evaluating officers' perceptions of their influence on the feeling of security, analyzing the impacts of the absence of Copom and 190 service, and investigating local strategies. A quali-quantitative methodology involved a

¹ Aluna do Curso de Formação de Praças – 1ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: stefalykelly@gmail.com. Telefone: (64) 99655-7612.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Direito e Especialista em Direito Trabalhista e Pós-Graduado em Docência. Email: cleber_carvalho09@hotmail.com. Telefone: (62) 98435-6250

semi-structured interview with the Lieutenant Commander and a questionnaire applied to the eight enlisted officers, collected in April 2025. Results show that 88.9% of officers deem the staffing insufficient, compromising team safety (100%), response time (66.7%), and service quality (77.8%). Ostensive presence is limited (66.6% disagree with its sufficiency), but strategies like focusing on high-risk areas, partnerships with other forces, and social media outreach are employed. The absence of Copom and 190 service exacerbates precariousness, while institutional support is deemed insufficient (77.7%). The study concludes that staffing shortages undermine the feeling of security, necessitating administrative and logistical restructuring.

Keywords: Public Security; Reduced Staffing; Feeling of Security; Ostensive Policing; Piranhas-GO.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública é fundamental para a qualidade de vida, mas em Piranhas-GO, município com população estimada em 11.913 habitantes (2024), a Polícia Militar de Goiás (PMGO) enfrenta desafios significativos. Com apenas 9 policiais militares, incluindo o Tenente Comandante da Companhia, o efetivo reduzido limita a capacidade de policiamento ostensivo, essencial para prevenir crimes e fortalecer a sensação de segurança, como apontam Lima e Bueno (2023). A ausência de um Centro de Operações Policiais Militares (Copom) e do serviço 190, devido à falta de pessoal, restringe o atendimento a um celular funcional, evidenciando a precariedade estrutural.

Em áreas rurais e dispersas como Piranhas, Guerra e Silva (2023) destacam que a sensação de insegurança cresce com a percepção de baixa presença policial, enquanto Bittner (2003) e Bayley (2002) sugerem que efetivos limitados dificultam estratégias proativas, como o policiamento comunitário. A vitimização dos próprios policiais, analisada por Minayo, Souza e Constantino (2023), e a necessidade de adaptação operacional, conforme Pereira e Santos (2020), agravam o cenário.

A pesquisa sobre os desafios da Polícia Militar de Goiás (PMGO) em Piranhas-GO é relevante diante da precária estrutura local, com apenas 9 policiais para 11.913 habitantes (2024) e sem serviço 190 ou Copom. A não resolução desse problema pode perpetuar a baixa sensação de segurança, aumentar a vulnerabilidade da população e sobrecarregar os agentes, comprometendo a ordem pública em um município interiorano. Estudos anteriores, como os de Lima e Bueno (2023), abordam a confiança nas polícias militares em contextos amplos, mas carecem de foco em realidades específicas como Piranhas, deixando uma lacuna sobre estratégias locais frente a efetivos reduzidos.

Este trabalho contribuirá para a PMGO ao identificar práticas que otimizem a atuação policial, podendo influenciar políticas de alocação de recursos e treinamento. Para a sociedade, trará benefícios ao propor soluções que elevem a percepção de segurança, enquanto no campo acadêmico avançará o debate sobre policiamento em pequenas cidades, complementando autores como Bayley (2002).

Diante de um efetivo de apenas 9 policiais militares para atender uma população de 11.913 habitantes em Piranhas-GO (2024), sem serviço 190 ou Copom, como o reduzido contingente da Polícia Militar de Goiás (PMGO) impacta a sensação de segurança da população e quais estratégias os policiais utilizam para otimizar sua atuação no município?

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar os desafios enfrentados pela Polícia Militar de Goiás na prestação do serviço de segurança pública em Piranhas-GO, avaliando como o efetivo reduzido impacta a sensação de segurança da população e as estratégias utilizadas pelos policiais para otimizar sua atuação no município. Os objetivos específicos abrangem: identificar os principais desafios operacionais enfrentados pela PMGO em Piranhas; avaliar a percepção dos policiais militares da unidade sobre a influência de sua atuação na sensação de segurança; analisar os impactos da ausência de Copom e do serviço 190 na eficiência operacional; e investigar as estratégias e práticas adotadas para enfrentar o efetivo reduzido.

A metodologia proposta adota uma abordagem quali-quantitativa, combinando pesquisa exploratória e descritiva por meio de entrevista semiestruturada com o Comandante e questionário aplicado aos 8 policiais subordinados, com coleta prevista para abril de 2025. Assim, esta pesquisa visa analisar os desafios da PMGO em Piranhas-GO, investigando como o efetivo de apenas 9 policiais impacta a sensação de segurança e quais estratégias são adotadas, com base em estudos sobre a temática.

2 REVISÃO TEÓRICA

Esta revisão teórica propõe-se a examinar os fundamentos da segurança pública e as estratégias de adaptação policial sob a ótica de autores clássicos e contemporâneos, articulando a sensação de segurança como um constructo jurídico e humano à resiliência dos policiais frente às limitações impostas. Dividida em dois eixos, a análise explora a interface entre presença policial e percepção de ordem, bem como os dilemas éticos e operacionais da escassez,

oferecendo um arcabouço robusto para compreender os impactos dessa realidade no município goiano.

2.1 INTERFACES ENTRE PRESENÇA POLICIAL E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA

Se a segurança pública, enquanto pilar do ordenamento estatal, transcende a mera repressão ao crime, configurando-se como um direito fundamental que assegura a convivência pacífica e a confiança nas instituições. Nesse contexto, a percepção humana da ordem emerge como um constructo subjetivo, intimamente ligado à visibilidade e à eficiência da presença policial, elementos que, em Piranhas-GO, encontram-se comprometidos pela escassez de efetivo. A análise deste fenômeno exige uma fundamentação teórica que articule os princípios da segurança pública com as expectativas da população, revelando como a ausência de uma estrutura policial robusta pode fragilizar o tecido social e jurídico de um município interiorano.

Bayley (2002) estabelece que o policiamento ostensivo constitui o principal vetor de legitimação da autoridade policial, pois a presença física dos agentes nas ruas traduz-se em um símbolo de proteção que mitiga o medo do crime e reforça a sensação de segurança. Essa tese encontra respaldo em Bittner (2003), que argumenta que a essência do trabalho policial reside na capacidade de intervir em situações de desordem, oferecendo uma resposta imediata que restabelece a confiança comunitária.

Contudo, ambos os autores supramencionados sublinham que tal eficácia depende de uma alocação suficiente de recursos humanos, condição distante da realidade de Piranhas-GO, onde apenas 9 policiais atendem uma população de 11.913 habitantes. A ausência de um contingente adequado, nesse sentido, não apenas limita a capacidade operativa, mas também erode o direito humano à segurança, consagrado no ordenamento jurídico brasileiro (Bayley, 2002; Bittner, 2003).

Lima e Bueno (2023) ampliam essa discussão ao examinar a confiança nas polícias militares em estados brasileiros, incluindo Goiás. Os autores constatam que a percepção de segurança está diretamente associada à proximidade entre polícia e comunidade, um vínculo que se fragiliza em contextos de efetivo reduzido, onde a presença policial torna-se esporádica e insuficiente para atender às demandas locais. Essa análise é corroborada por Cubas, Argentino e Blanco (2022), que, ao estudar a cidade de São Paulo, demonstram que a vitimização real e a percepção de insegurança crescem na ausência de policiamento visível, sugerindo que, em áreas menos urbanizadas como Piranhas, esse efeito pode ser ainda mais pronunciado devido à dispersão territorial e à falta de infraestrutura, como o serviço 190.

Estudos regionais reforçam essa perspectiva. Fernandes e Silva (2023), ao investigarem Mossoró-RN, apontam que a baixa densidade policial em comunidades periféricas intensifica a sensação de abandono, um fenômeno que ecoa em Rodrigues e Santos (2023), cujo estudo no interior do Maranhão revela que a presença intermitente da polícia amplia a vulnerabilidade percebida, especialmente em áreas rurais.

Em Goiás, Guerra e Silva (2023) e Silva e Guerra (2023) exploram essa dinâmica em comunidades semelhantes às de Piranhas, destacando que a escassez de efetivo não apenas dificulta a prevenção de crimes, mas também alimenta o medo do crime entre os moradores, que associam a ausência policial a uma proteção estatal insuficiente. Esses achados evidenciam uma falha estrutural que compromete o dever jurídico do Estado de garantir a segurança pública como um direito inalienável.

Diante desse cenário, iniciativas que humanizem a atuação policial ganham relevância. Alves (2024) e Santos e Alves (2021) analisam o uso do WhatsApp na Patrulha Maria da Penha da PMGO como uma estratégia de proximidade com a população, permitindo que denúncias e atendimentos sejam realizados mesmo com recursos limitados. Tais práticas, embora louváveis, não substituem a necessidade de uma presença física constante, mas demonstram que a tecnologia pode atuar como um paliativo ético, oferecendo uma resposta às vítimas em contextos de precariedade. Bayley (2002) complementa ao sugerir que o policiamento comunitário, baseado na interação contínua com os cidadãos, seria ideal para fortalecer a sensação de proteção, mas sua implementação em Piranhas-GO esbarra na falta de pessoal suficiente para sustentar essa abordagem.

A literatura revela convergências significativas: a presença policial é um fator determinante para a percepção de segurança, e sua ausência, como em Piranhas-GO, viola o direito humano à proteção, gerando um vácuo de legitimidade estatal. Lima e Bueno (2023) e Cubas et al. (2022) coincidem ao associar a confiança à visibilidade, enquanto Guerra e Silva (2023) e Silva e Guerra (2023) reforçam que áreas rurais sofrem mais intensamente com a escassez de efetivo. Divergências, porém, emergem na ênfase: Bittner (2003) privilegia a intervenção direta como cerne do trabalho policial, enquanto Alves (2024) e Santos e Alves (2021) apostam na tecnologia como solução parcial, sugerindo caminhos distintos para enfrentar o mesmo problema.

Assim, a sensação de segurança em Piranhas-GO não pode ser reduzida a uma questão numérica de efetivo, mas reflete uma interação complexa entre presença policial, percepção humana e responsabilidade estatal. A precariedade local, marcada pela ausência de Copom e

serviço 190, compromete o direito fundamental à proteção, exigindo uma reflexão jurídica sobre os limites da omissão estatal e os impactos humanos dessa realidade.

2.2 LIMITAÇÕES OPERACIONAIS E RESILIÊNCIA POLICIAL

A prestação do serviço de segurança pública em Piranhas-GO, com apenas 9 policiais para atender 11.913 habitantes, evidencia um quadro de limitações operacionais que desafia a capacidade da Polícia Militar de Goiás (PMGO) de cumprir seu dever constitucional de proteger a população e manter a ordem. Esse cenário de escassez estrutural, agravado pela ausência de um Centro de Operações Policiais Militares (Copom) e do serviço 190, impõe aos agentes uma resiliência extraordinária, manifesta em estratégias de adaptação que, embora demonstrem esforço humano louvável, levantam questões éticas sobre os limites da precariedade institucional e a responsabilidade estatal. A análise dessas dinâmicas revela uma tensão entre o pragmatismo operacional e a garantia dos direitos fundamentais, tanto dos cidadãos quanto dos próprios policiais.

Minayo, Souza e Constantino (2023) abordam a vitimização dos policiais como um reflexo direto das condições adversas de trabalho, argumentando que a sobrecarga funcional e a exposição a riscos em efetivos reduzidos fragilizam os agentes, comprometendo sua saúde física e mental. Em Piranhas-GO, essa realidade se traduz em jornadas exaustivas e na impossibilidade de atender simultaneamente às demandas urbanas e rurais, o que não apenas debilita os policiais, mas também os coloca em uma posição vulnerável perante a comunidade, que espera proteção contínua.

Oliveira e Campos (2023) complementam essa perspectiva ao analisar a violência policial em Goiás, sugerindo que a precariedade estrutural pode exacerbar comportamentos disfuncionais, como o uso excessivo da força, em resposta à pressão e à falta de suporte institucional. Tal constatação aponta para um dilema ético: até que ponto o Estado pode delegar aos policiais a responsabilidade de compensar suas próprias omissões?

Diante dessas limitações, estratégias de adaptação tornam-se essenciais. Da Costa (2025) avalia o manual de defesa pessoal da PMGO como uma ferramenta de capacitação que fortalece a autoproteção dos agentes em cenários de escassez, enquanto Freires e Da Costa (2025) exploram a gestão compartilhada nos colégios estaduais militarizados como uma iniciativa que amplia a percepção de segurança sem demandar aumento imediato de efetivo.

Pereira e Santos (2020), por sua vez, destacam práticas de localização e captura de foragidos em Goiás, evidenciando o uso de inteligência e priorização de alvos como resposta à

falta de pessoal. Essas abordagens, embora eficazes em contextos específicos, não substituem a necessidade de uma estrutura mínima, como o serviço 190, cuja ausência compromete a celeridade e a eficiência operativa, violando o dever estatal de prover segurança pública.

A tecnologia surge como um recurso paliativo nesse cenário. Alves e Santos (2023) e Santos e Alves (2021) examinam o uso do WhatsApp na Patrulha Maria da Penha da PMGO, demonstrando que a comunicação digital permite atender vítimas de violência doméstica mesmo com efetivo reduzido. Essa inovação reflete uma tentativa de humanizar o serviço, aproximando a polícia da comunidade, mas também expõe a precariedade subjacente, pois a dependência de ferramentas informais não supre a falta de canais oficiais de emergência. Bayley (2002) argumenta que o policiamento reativo, centrado em respostas a incidentes, predomina em contextos de escassez, mas é insuficiente para prevenir crimes, enquanto Bittner (2003) reforça que a ausência de recursos estruturais limita a capacidade de intervenção, essencial à missão policial.

A resiliência dos policiais, embora admirável, não pode ser vista como solução definitiva. Lima e Bueno (2023) alertam que a confiança na polícia erode-se quando a população percebe a incapacidade do Estado de prover meios adequados, um fenômeno agravado em Piranhas-GO pela falta de Copom e 190. Nesse sentido, Minayo, Souza e Constantino (2023) oferecem uma reflexão contundente sobre os custos humanos dessa precariedade:

A vitimização policial, muitas vezes invisibilizada, decorre de uma combinação perversa entre a exposição ao risco e a ausência de suporte institucional. Em contextos de efetivo reduzido, os agentes são compelidos a operar sob condições que extrapolam os limites da razoabilidade, resultando em adoecimento físico e psicológico que compromete tanto sua dignidade quanto a qualidade do serviço prestado à sociedade (Minayo; Souza; Constantino, 2023, não paginado).

Argumenta-se, portanto, que a resiliência policial em Piranhas-GO, expressa em estratégias como o uso de WhatsApp ou a priorização de alvos, é uma resposta ética à precariedade, mas não exime o Estado de sua obrigação constitucional de prover infraestrutura adequada. A ausência de Copom e 190 viola o direito humano à segurança, impondo aos agentes um ônus desproporcional que desafia os limites da dignidade e da eficiência operativa, exigindo uma revisão urgente das políticas de alocação de recursos.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, caracterizada como exploratória e descritiva, com o propósito de analisar os desafios enfrentados pela Polícia Militar de Goiás (PMGO) na prestação do serviço de segurança pública em Piranhas-GO. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de combinar a profundidade interpretativa das percepções subjetivas dos policiais com a objetividade de dados mensuráveis, permitindo uma compreensão abrangente do impacto do efetivo reduzido sobre a sensação de segurança e das estratégias operacionais empregadas.

A população-alvo da pesquisa compreende os 9 policiais militares lotados na Companhia de Piranhas-GO, composta por 1 Tenente Comandante e 8 praças, representando o efetivo total da unidade responsável pelo policiamento do município. Dada a especificidade e o tamanho reduzido dessa população, optou-se por uma amostra intencional não probabilística, abrangendo a totalidade dos policiais disponíveis, o que assegura a representatividade das perspectivas operacionais e estratégicas da unidade.

O primeiro instrumento de coleta foi uma entrevista semiestruturada realizada com o Tenente Comandante, elaborada com um roteiro previamente definido contendo questões abertas sobre os desafios operacionais, os impactos da ausência de Copom e do serviço 190, e as estratégias adotadas para otimizar a atuação com o efetivo reduzido. O segundo instrumento consistiu em um questionário estruturado, aplicado via Google Forms aos 8 praças da unidade, também em abril de 2025. O questionário combinará questões fechadas, baseadas em escalas Likert de cinco pontos (ex.: "nunca" a "sempre"), para avaliar a percepção dos policiais sobre a influência de sua atuação na sensação de segurança da população e os impactos da ausência de serviços como o 190, e questões abertas para captar detalhes sobre desafios operacionais e estratégias específicas.

A análise dos dados quantitativos, oriundos das questões fechadas do questionário, será conduzida por meio de estatística descritiva, identificando padrões nas percepções dos policiais sobre os desafios e a sensação de segurança. Os dados qualitativos, provenientes da entrevista e das questões abertas do questionário, serão analisados por meio da análise de conteúdo, categorizando os temas em eixos como "restrições operacionais", "percepção comunitária" e "iniciativas locais", com base tanto no referencial teórico quanto nas respostas coletadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente tópico apresenta os resultados da pesquisa quali-quantitativa conduzida com os 9 policiais militares da Companhia de Piranhas-GO, composta por uma entrevista semiestruturada com o Tenente Comandante e um questionário aplicado aos 8 praças, coletados em abril de 2025. A análise abrange os desafios operacionais enfrentados pela Polícia Militar de Goiás (PMGO), o impacto do efetivo reduzido na sensação de segurança da população e as estratégias adotadas para otimizar a atuação policial.

A caracterização dos 9 policiais participantes revela um grupo com significativa experiência profissional e formação educacional avançada. Sete policiais possuem mais de 10 anos de serviço na PMGO, enquanto dois têm entre 1 e 10 anos. Em relação ao tempo de atuação na unidade de Piranhas-GO, cinco estão lotados há mais de 7 anos, dois entre 1 e 3 anos, e dois há menos de 1 ano. Quanto ao grau de instrução, sete possuem pós-graduação, e dois concluíram o ensino médio.

Esses dados, resumidos na Tabela 1, indicam um efetivo experiente e qualificado, capaz de oferecer perspectivas robustas sobre os desafios operacionais.

Tabela 1: Perfil dos Participantes

Variável	Categoria	N	%
Tempo de serviço na PMGO	Menos de 1 ano	0	0,0%
	1 a 5 anos	1	11,1%
	6 a 10 anos	1	11,1%
	Mais de 10 anos	7	77,8%
Tempo de serviço em Piranhas-GO	Menos de 1 ano	2	22,2%
	1 a 3 anos	2	22,2%
	4 a 7 anos	0	0,0%
	Mais de 7 anos	5	55,6%
Grau de instrução	Ensino Médio completo	2	22,2%
	Ensino Superior incompleto	0	0,0%
	Ensino Superior completo	0	0,0%
	Pós-graduação	7	77,8%

Fonte: A Autora (2025).

A elevada experiência e formação sugerem que os policiais possuem capacidade analítica para avaliar as condições de trabalho e seus impactos. Minayo, Souza e Constantino

(2023) argumentam que a trajetória profissional prolongada intensifica a percepção de riscos e a resiliência, aspectos que emergem nas respostas sobre sobrecarga e adaptação operacional.

A pesquisa revela que o contingente de 9 policiais é amplamente percebido como insuficiente para atender às demandas de segurança pública em Piranhas-GO, município com 11.913 habitantes. A Tabela 2 sintetiza as respostas às perguntas relacionadas aos impactos operacionais do efetivo reduzido, evidenciando consenso sobre as limitações impostas.

Tabela 2: Impactos Operacionais do Efetivo Reduzido

Pergunta	Discordo Totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo Totalmente
O efetivo atual é suficiente para atender a demanda da segurança pública.	44,4% (4)	44,4% (4)	11,1% (1)	0,0% (0)	0,0% (0)
A falta de efetivo compromete a segurança da equipe durante as operações.	0,0% (0)	0,0% (0)	0,0% (0)	44,4% (4)	55,6% (5)
O tempo de resposta às ocorrências é impactado pela carência de policiais.	0,0% (0)	33,3% (3)	11,1% (1)	44,4% (4)	11,1% (1)
A sobrecarga afeta a qualidade da prestação do serviço policial.	0,0% (0)	11,1% (1)	11,1% (1)	55,6% (5)	22,2% (2)

Fonte: A Autora (2025).

Os resultados indicam que 88,9% dos policiais discordam que o efetivo seja suficiente, enquanto 100% reconhecem que a escassez compromete a segurança da equipe durante operações. O impacto no tempo de resposta é percebido por 66,7% dos respondentes, e 77,8% afirmam que a sobrecarga prejudica a qualidade do serviço. Esses achados corroboram a entrevista do Tenente Comandante, que destaca a priorização de ocorrências graves em casos de demandas simultâneas: “Quando duas ocorrências são causadas simultaneamente, a mais grave será atendida primeiro, e a segunda será atendida posteriormente ou com apoio de Arenópolis, que demora cerca de 20 minutos”. Um comentário aberto reforça a gravidade: “A falta de efetivo sobrecarrega o policial, impedindo de ter vida social e momentos com a família, igreja e sociedade”.

Bayley (2002) argumenta que o policiamento ostensivo, pilar da legitimação policial, depende de um contingente adequado, condição ausente em Piranhas-GO. A percepção unânime sobre o comprometimento da segurança da equipe alinha-se com Minayo, Souza e

Constantino (2023), que identificam a vitimização policial como resultado de condições adversas, como jornadas exaustivas e exposição a riscos.

Oliveira e Campos (2023) alertam que a precariedade estrutural pode levar a comportamentos disfuncionais, como o uso excessivo da força, embora tal fenômeno não tenha sido reportado na unidade. A necessidade de apoio externo, como de Arenópolis, evidencia a fragilidade operacional, agravada pela ausência de um Centro de Operações Policiais Militares (Copom) e do serviço 190, que compromete a celeridade no atendimento.

A percepção dos policiais sobre a capacidade da unidade de promover a sensação de segurança da população é marcada por limitações significativas, conforme apresentado na Tabela 3. A presença ostensiva é considerada insuficiente, enquanto as estratégias para mitigar a insegurança apresentam divergência de opiniões.

Tabela 3: Percepção sobre Sensação de Segurança

Pergunta	Discordo Totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo Totalmente
A unidade mantém presença ostensiva suficiente para a sensação de segurança.	33,3% (3)	33,3% (3)	0,0% (0)	33,3% (3)	0,0% (0)
Existem estratégias eficazes para garantir a sensação de segurança.	22,2% (2)	22,2% (2)	22,2% (2)	33,3% (3)	0,0% (0)

Fonte: A Autora (2025).

Apenas 33,3% dos policiais concordam que a unidade mantém presença ostensiva suficiente, enquanto 66,6% discordam, refletindo a dificuldade de cobrir um município com dispersão territorial. Em contrapartida, as estratégias para promover a sensação de segurança dividem opiniões: 33,3% concordam, 22,2% são neutros, e 44,4% discordam. O Tenente Comandante destaca uma iniciativa local: “Traçamos uma estratégia de divulgar o bom serviço que a Polícia Militar aqui fazia, atuando com rede social própria e parceria com a imprensa local”. Um comentário aberto, no entanto, aponta limitações: “Falta efetivo e treinamento para uma prestação melhor na segurança pública”.

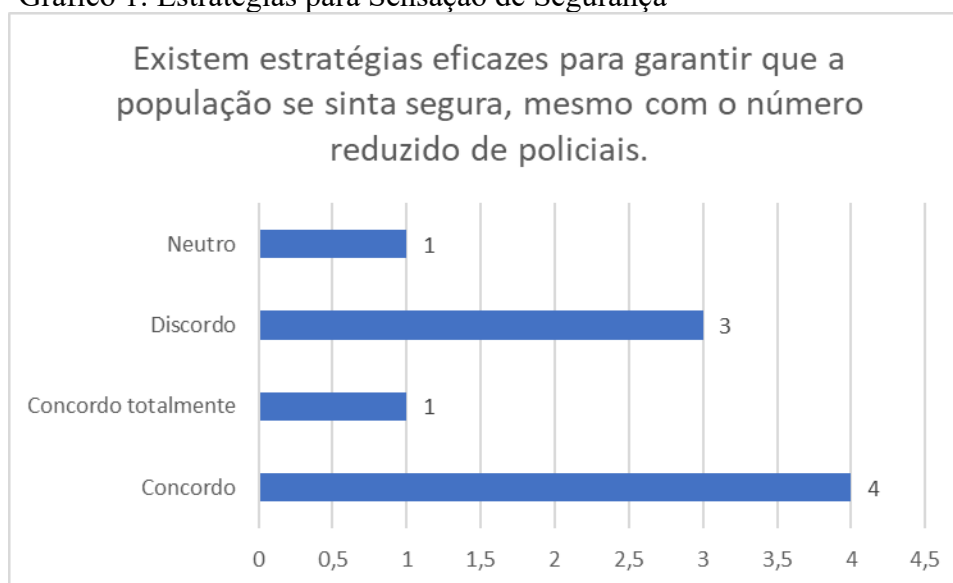
Lima e Bueno (2023) associam a confiança na polícia à proximidade com a comunidade, vínculo fragilizado pela baixa visibilidade policial em Piranhas-GO. Cubas, Argentino e Blanco (2022) demonstram que a ausência de policiamento ostensivo amplifica a percepção de insegurança, efeito potencialmente mais pronunciado em áreas rurais, como sugerem Guerra e Silva (2023). A estratégia de divulgação em redes sociais, embora inovadora, assemelha-se ao

uso do WhatsApp na Patrulha Maria da Penha, analisado por Alves (2024), como uma tentativa de humanizar a atuação policial e compensar a escassez de recursos. Contudo, tais medidas não substituem a presença física, essencial para a percepção de ordem, conforme Bittner (2003).

A análise da percepção dos policiais sobre as estratégias destinadas a promover a sensação de segurança da população revela uma distribuição heterogênea de respostas, indicando divergências na avaliação da eficácia dessas iniciativas. Conforme apresentado na Tabela 3, 33,3% dos respondentes concordam que existem estratégias eficazes, 22,2% mantêm posição neutra, e 44,4% discordam, sugerindo que as medidas adotadas, como a divulgação em redes sociais, não são uniformemente percebidas como suficientes.

O Gráfico 1, a seguir, ilustra essa variabilidade, destacando a dispersão das respostas e fornecendo uma representação visual da ausência de consenso entre os policiais sobre o impacto dessas estratégias na percepção de segurança da comunidade.

Gráfico 1: Estratégias para Sensação de Segurança



Fonte: A Autora (2025).

A unidade de Piranhas-GO implementa medidas para otimizar o policiamento apesar do efetivo reduzido, mas enfrenta limitações agravadas pela ausência de um Centro de Operações Policiais Militares (Copom) e do serviço 190. A Tabela 4 resume as percepções sobre essas estratégias e os desafios associados.

Tabela 4: Estratégias e Suporte Operacional

Pergunta	Discordo Totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo Totalmente
A unidade adota medidas eficazes para otimizar o policiamento.	0,0% (0)	22,2% (2)	0,0% (0)	66,7% (6)	11,1% (1)
O treinamento fornece preparo adequado para atuar com efetivo reduzido.	22,2% (2)	11,1% (1)	33,3% (3)	33,3% (3)	0,0% (0)
Há boa comunicação com órgãos superiores para soluções de efetivo.	11,1% (1)	33,3% (3)	33,3% (3)	22,2% (2)	0,0% (0)

Fonte: A Autora (2025).

A maioria (77,8%) reconhece a eficácia de medidas locais, como o foco em áreas de maior aglomeração, conforme relatado pelo Tenente Comandante: “Deixamos a viatura sempre visível nos locais com maior possibilidade de crime”. Parcerias com outras forças, incluindo o Comando de Operações de Divisas (COD), Policiamento Rodoviário e Polícia Civil, e o uso de hora extra (verba C4) também são práticas adotadas.

A ausência de Copom e serviço 190, no entanto, força a unidade a depender de um celular funcional para recebimento de chamadas, o que compromete a celeridade e a eficiência, especialmente em ocorrências simultâneas. O Comandante observa: “Quando há duas ocorrências, a mais grave é atendida primeiro, e a outra espera ou depende de apoio de Arenópolis”. A percepção sobre o treinamento é divergente (33,3% concordam, 33,3% discordam, 33,3% neutro), e a comunicação com órgãos superiores é considerada insuficiente por 44,4%. Um comentário aberto destaca: “Falta treinamento para uma prestação melhor”.

Pereira e Santos (2020) identificam a priorização de alvos como uma estratégia viável em contextos de escassez, semelhante ao foco em áreas críticas em Piranhas-GO. Santos e Alves (2021) analisam o uso de tecnologia, como o WhatsApp na Patrulha Maria da Penha, mas a dependência de um celular funcional em Piranhas reflete uma solução precária, incapaz de substituir um sistema estruturado como o serviço 190.

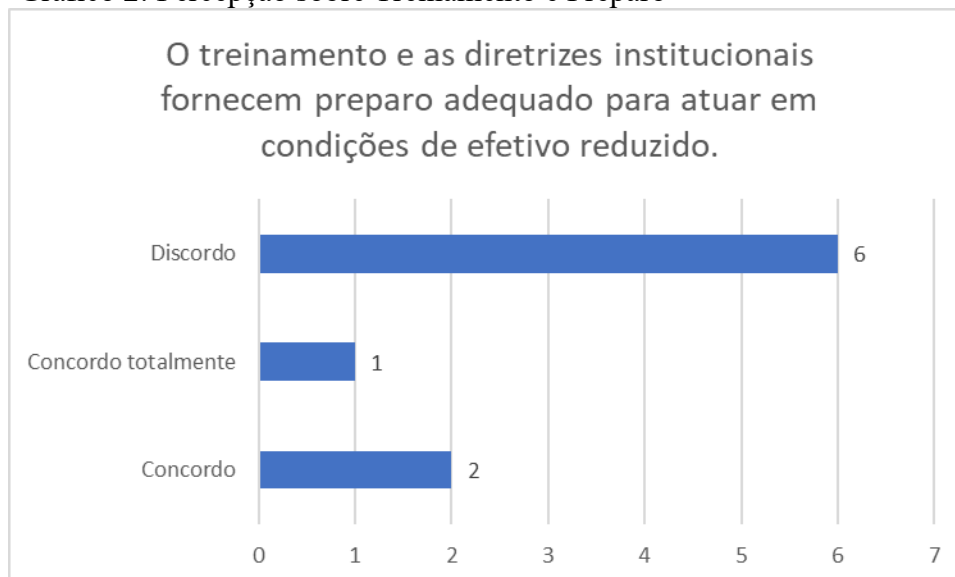
Da Costa (2025) enfatiza a relevância do treinamento em defesa pessoal para autoproteção, mas a percepção de inadequação sugere lacunas na capacitação para cenários de efetivo reduzido. Minayo, Souza e Constantino (2023) argumentam que a resiliência policial, manifestada nessas adaptações, constitui uma resposta ética à precariedade, mas não exime o

Estado de prover infraestrutura adequada, como Copom e serviço 190, cuja ausência viola o dever de garantir segurança pública.

A avaliação do treinamento e das diretrizes institucionais para atuar em condições de efetivo reduzido evidencia uma divisão significativa entre os policiais, conforme indicado na Tabela 4. Com 33,3% concordando, 33,3% discordando e 33,3% adotando posição neutra, os resultados apontam para uma percepção ambígua sobre a adequação da capacitação oferecida pela PMGO. Essa divergência reflete possíveis lacunas na formação para enfrentar os desafios operacionais de Piranhas-GO, especialmente em um contexto marcado pela ausência de Copom e serviço 190.

O Gráfico 2, apresentado a seguir, visualiza essa distribuição equilibrada, destacando a falta de consenso e a necessidade de maior investimento em treinamento específico.

Gráfico 2: Percepção sobre Treinamento e Preparo

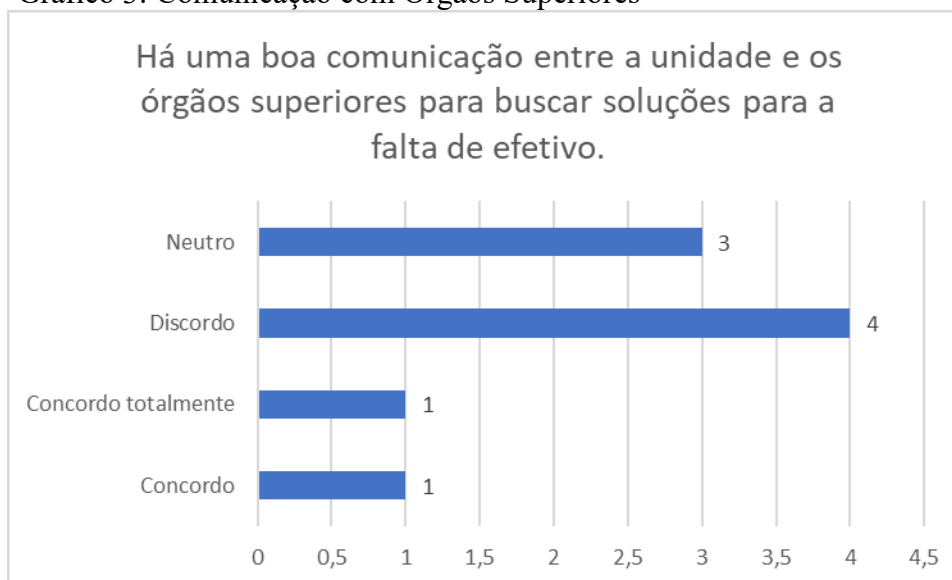


Fonte: A Autora (2025).

A comunicação entre a unidade de Piranhas-GO e os órgãos superiores da PMGO para buscar soluções para a falta de efetivo também apresenta respostas divergentes, conforme sintetizado na Tabela 4. Apenas 22,2% dos policiais concordam que essa comunicação é eficaz, enquanto 33,3% permanecem neutros e 44,4% discordam, sugerindo limitações no suporte institucional para enfrentar a escassez de pessoal. Essa heterogeneidade indica desafios na articulação com instâncias superiores, impactando a capacidade de implementar mudanças estruturais.

O Gráfico 3, exibido a seguir, ilustra a dispersão das respostas, evidenciando a percepção predominante de insuficiência na interação com os órgãos estaduais.

Gráfico 3: Comunicação com Órgãos Superiores



Fonte: A Autora (2025).

O suporte institucional da PMGO é percebido como insuficiente, mas a unidade apresenta baixa rotatividade, impulsionada por fatores locais. A Tabela 5 sintetiza as respostas relacionadas a esses aspectos.

Tabela 5: Suporte Institucional e Rotatividade

Pergunta	Discordo Totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo Totalmente
O suporte administrativo da PMGO é suficiente.	33,3% (3)	44,4% (4)	11,1% (1)	11,1% (1)	0,0% (0)
Os policiais demonstram interesse em permanecer na cidade a longo prazo.	0,0% (0)	0,0% (0)	11,1% (1)	55,6% (5)	33,3% (3)
A falta de efetivo afeta minha motivação para continuar na unidade.	22,2% (2)	22,2% (2)	22,2% (2)	33,3% (3)	0,0% (0)
Com melhores condições estruturais, eu permaneceria por mais tempo.	0,0% (0)	11,1% (1)	22,2% (2)	55,6% (5)	11,1% (1)

Fonte: A Autora (2025).

Apenas 11,1% consideram o suporte administrativo suficiente, enquanto 77,7% discordam. Apesar disso, 88,9% expressam interesse em permanecer na unidade, corroborado pelo Comandante: “A maioria quer ficar trabalhando aqui, pediram para vir ou permanecer”.

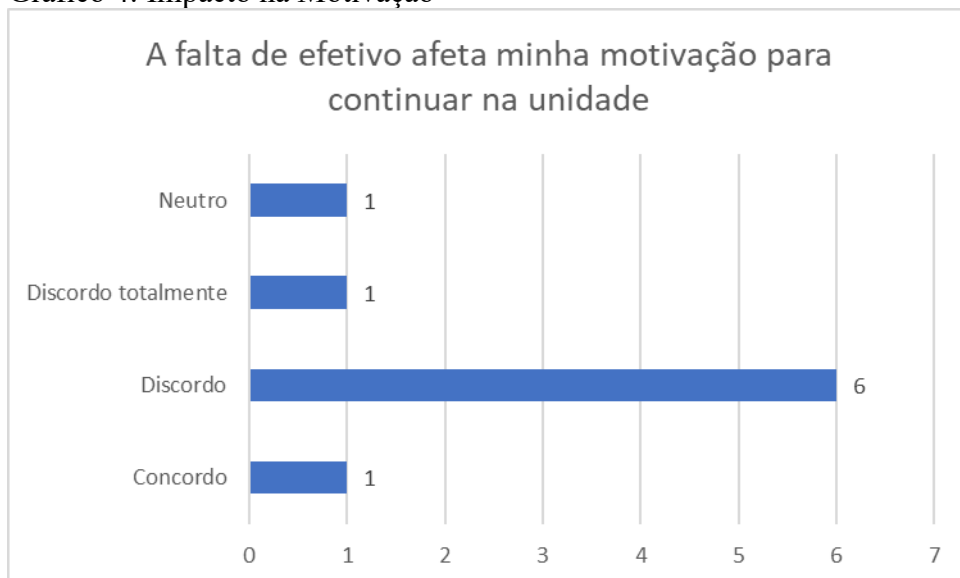
Fatores como o apoio da comunidade e a integração com outras forças contribuem para essa decisão: “A população apoia e ajuda a polícia militar”. A motivação, no entanto, é afetada para 33,3%, com respostas divididas, e 66,7% permaneceriam com melhores condições estruturais.

Lima e Bueno (2023) associam a falta de suporte institucional à erosão da confiança, enquanto Minayo, Souza e Constantino (2023) destacam os impactos da sobrecarga na saúde mental. Freires e Da Costa (2025) sugerem que iniciativas locais, como o apoio municipal (ex.: cessão de funcionária para manutenção do quartel), fortalecem a permanência, como observado em Piranhas-GO. A divergência sobre motivação reflete a tensão entre resiliência e precariedade.

A influência da falta de efetivo na motivação dos policiais para permanecer na unidade revela uma distribuição variada de respostas, conforme indicado na Tabela 5. Com 33,3% concordando que a escassez afeta a motivação, 22,2% mantendo posição neutra e 44,4% discordando, os resultados apontam para uma percepção não unificada, possivelmente influenciada por fatores como o apoio comunitário e a baixa rotatividade. Essa divergência sugere que, apesar dos desafios operacionais, elementos contextuais locais mitigam o impacto na motivação de alguns policiais.

O Gráfico 4, apresentado a seguir, visualiza essa variabilidade, destacando a complexidade das percepções individuais em um cenário de precariedade.

Gráfico 4: Impacto na Motivação



Fonte: A Autora (2025).

Os resultados confirmam que o efetivo de 9 policiais é insuficiente para atender Piranhas-GO, comprometendo a segurança da equipe, o tempo de resposta e a qualidade do serviço. A presença ostensiva limitada prejudica a sensação de segurança, embora estratégias

como divulgação em redes sociais busquem mitigar esse impacto. Medidas locais, como foco em áreas críticas, parcerias com outras forças e uso de celular funcional em substituição ao serviço 190, demonstram resiliência, mas a inadequação do treinamento e a falta de suporte institucional persistem. A baixa rotatividade, impulsionada pelo apoio comunitário, contrasta com os custos humanos da precariedade, conforme Minayo, Souza e Constantino (2023). Bayley (2002) reforça que a ausência de recursos estruturais viola o dever estatal de prover segurança, exigindo revisão das políticas de alocação de efetivo.

5 CONCLUSÃO

A investigação sobre os desafios da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) na prestação de serviços de segurança pública em Piranhas-GO revela um cenário de precariedade estrutural que compromete a capacidade da unidade de atender às demandas de um município com 11.913 habitantes. O estudo buscou analisar o impacto do efetivo reduzido, composto por apenas nove policiais, na sensação de segurança da população, bem como as estratégias operacionais adotadas para enfrentar essa limitação, alcançando plenamente os objetivos propostos. A questão de pesquisa, que questionava como a escassez de pessoal afeta a percepção de segurança e quais práticas são empregadas, foi respondida ao demonstrar que a insuficiência de efetivo prejudica a presença ostensiva, a celeridade no atendimento e a qualidade do serviço, enquanto iniciativas locais refletem a resiliência dos agentes diante de condições adversas.

Os principais achados indicam que a maioria dos policiais reconhece a insuficiência do contingente, com impactos unânimes na segurança da equipe e significativos no tempo de resposta e na qualidade do policiamento. A ausência de Copom e do serviço 190, substituídos por um celular funcional, agrava a ineficiência operacional, enquanto a percepção de insuficiência na presença ostensiva reforça a vulnerabilidade da população. Estratégias como priorização de áreas críticas, parcerias com outras forças e divulgação em redes sociais demonstram adaptações criativas, mas não compensam a falta de infraestrutura básica. A baixa rotatividade, impulsionada pelo apoio comunitário, contrasta com a percepção de suporte institucional inadequado e treinamento insuficiente, evidenciando uma tensão entre resiliência operacional e precariedade estrutural. A análise confirma a hipótese de que o efetivo reduzido compromete a sensação de segurança, violando o dever estatal de prover proteção adequada.

A pesquisa contribui para o debate sobre policiamento em municípios interioranos, oferecendo uma análise empírica que destaca as condições de trabalho em Piranhas-GO e suas

implicações para a segurança pública. A documentação das estratégias locais amplia o entendimento sobre a capacidade de adaptação policial, enquanto a identificação de lacunas estruturais reforça a necessidade de políticas públicas que priorizem a alocação de recursos. Contudo, o estudo apresenta limitações. A amostra restrita aos nove policiais da unidade, embora abrangente no contexto local, não permite generalizações para outros municípios. A ausência de perspectivas da população limita a compreensão direta da sensação de segurança comunitária, e a análise quantitativa, baseada em estatísticas descritivas, não suporta inferências estatísticas avançadas.

Para pesquisas futuras, sugere-se a inclusão de entrevistas com moradores de Piranhas-GO para captar sua percepção de segurança, complementando as visões dos policiais. A ampliação da amostra para outras unidades com efetivo reduzido em Goiás poderia revelar padrões regionais. Investigações sobre a viabilidade de tecnologias, como sistemas de monitoramento, ou de reestruturações administrativas, como a implementação de Copom regional, seriam pertinentes. Estudos comparativos com municípios de características similares poderiam esclarecer fatores que modulam a eficácia policial em contextos de escassez.

A pesquisa demonstra que a precariedade em Piranhas-GO reflete uma falha estrutural do Estado em cumprir seu dever constitucional de garantir segurança pública. A resiliência dos policiais, embora louvável, não substitui a necessidade de medidas institucionais que assegurem infraestrutura mínima e distribuição equitativa de efetivo, essenciais para fortalecer a confiança da população e a legitimidade da PMGO.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rafael Delfino Rodrigues. O uso do WhatsApp no Disque Denúncia da Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar de Goiás: tecnologia e direitos humanos no combate à violência doméstica. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 50-67, fev./mar. 2024. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/download/1486/689/7370>. Acesso em: 5 mar. 2025.

ALVES, Rafael Delfino Rodrigues; SANTOS, Franz Victor Nogueira de Oliveira. A utilização da tecnologia no atendimento às vítimas de violência doméstica pela Polícia Militar de Goiás: o caso da Patrulha Maria da Penha. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 164-181, fev./mar. 2023. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1445>. Acesso em: 27 mar. 2025.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**: uma análise comparativa internacional. São Paulo: Edusp; 2002.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2003.

CUBAS, Viviane de Oliveira; ARGENTINO, Juliana da Fontoura Rosa; BLANCO, Fábio Luís Franco. A percepção de (in)segurança de moradores da cidade de São Paulo: uma análise a partir da vitimização e da atuação policial. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 10-31, ago./set. 2022. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1376>. Acesso em: 27 mar. 2025.

DA COSTA, Leon Denis. A defesa pessoal como nível de força policial: avaliação das técnicas do manual de defesa pessoal policial da Polícia Militar de Goiás. **Revista Científica da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, v. 2, n. 1, p. 241-261, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://revista.pm.ms.gov.br/OJS/article/download/65/48/451>. Acesso em: 5 mar. 2025.

FERNANDES, Antônio Carlos de Souza; SILVA, José Geraldo da. A sensação de insegurança e o papel da polícia: um estudo sobre a percepção da comunidade em Mossoró-RN. **Ciência, Leitura e Questões Atuais**, Mossoró, v. 3, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2023. Disponível em: <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/CLQ/article/view/4258>. Acesso em: 27 mar. 2025.

FREIRES, Edmilson; DA COSTA, Leon Denis. Gestão compartilhada nos colégios estaduais da Polícia Militar de Goiás: impactos na percepção de segurança. **Revista Científica da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, v. 2, n. 1, p. 180-200, jan./jun. 2025. Disponível em: https://revista.pm.ms.gov.br/OJS/user/setLocale/pt_BR?source=%2FOJS%2Farticle%2Fview%2F86. Acesso em: 5 mar. 2025.

GUERRA, Ana Paula; SILVA, João Pedro da. Vitimização e sensação de insegurança em comunidades rurais de Goiás: o papel da Polícia Militar. **Cadernos de Segurança Pública**, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 89-104, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3605/3233>. Acesso em: 5 mar. 2025.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira. Sensação de segurança e confiança nas polícias militares: um estudo comparativo entre estados brasileiros, incluindo Goiás. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 10-28, ago./set. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/k8CfD9XbDpJ8vzyfJqXP3qN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 mar. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 5, e00124522, maio 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/8tSzFvXDw3NMYQy9m9vpDfR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 mar. 2025.

OLIVEIRA, Mariana de; CAMPOS, Cerise de Castro. Guerra urbana: vitimização e violência policial militar em Goiás. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 10, n. 3, p. 45-62, jul./set. 2023. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/e906/143855db53eaaf022b15bdbab1a577058626.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2025.

OLIVEIRA, Mariana de; CAMPOS, Cerise de Castro. Guerra urbana: vitimização e violência policial militar em Goiás. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 10, n. 3, p. 45-62, jul./set. 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3605>. Acesso em: 5 mar. 2025.

PEREIRA, Elissandro José Acosta; SANTOS, Franz Victor Nogueira de Oliveira. Práticas da Polícia Militar de Goiás na localização e captura de foragidos da justiça. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)**, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://ibsp.org.br/revista/volume-4-numero-2>. Acesso em: 5 mar. 2025.

RODRIGUES, Rafael Pereira; SANTOS, João Pedro dos. A influência da presença policial na sensação de segurança: um estudo de caso no interior do Maranhão. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 9, n. 6, p. 23456-23470, jun. 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/73875>. Acesso em: 27 mar. 2025.

SANTOS, Franz Victor Nogueira de Oliveira; ALVES, Rafael Delfino Rodrigues. A utilização do WhatsApp como ferramenta de polícia judiciária no âmbito da Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar de Goiás. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 15-32, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/ajfm4yxq3bfx5hk4vuqtfhcmye/access/wayback/http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/download/75/86>. Acesso em: 27 mar. 2025.

SILVA, João Pedro da; GUERRA, Ana Paula. O impacto da presença policial na sensação de segurança em comunidades rurais: um estudo em Goiás. **Revista Jurídica Uniarp**, Caçador, v. 6, n. 1, p. 123-140, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/juridico/article/view/2923>. Acesso em: 27 mar. 2025.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "Desafios da Polícia Militar na Prestação do Serviço de Segurança Pública em Piranhas-GO: Sensação de Segurança e Efetivo Reduzido", conduzida por Stefaly Kelly Nunes Silva e vinculada ao Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás. O objetivo deste estudo é analisar os desafios enfrentados pela Polícia Militar de Goiás na prestação do serviço de segurança pública em Piranhas-GO, avaliando como o efetivo reduzido impacta a sensação de segurança da população e as estratégias utilizadas pelos policiais para otimizar sua atuação no município.

1. Procedimentos da Pesquisa

Sua participação consistirá em: (a) para o Comandante, responder a uma entrevista semiestruturada, gravada, sobre desafios operacionais e estratégias de atuação, com duração aproximada de 30 a 40 minutos; ou (b) para os praças, preencher um questionário online via Google Forms, com questões abertas e fechadas sobre sua percepção da atuação policial e sensação de segurança, com duração estimada de 15 a 20 minutos. A coleta ocorrerá em abril de 2025, sem identificação pessoal nas respostas.

2. Riscos e Benefícios

Não há riscos significativos associados à participação, além daqueles inerentes às atividades rotineiras. Caso sinta desconforto, poderá interromper sua participação a qualquer momento. Os benefícios incluem a geração de conhecimento sobre os desafios do policiamento em Piranhas-GO, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho e da segurança pública local.

3. Sigilo e Confidencialidade

Seus dados serão tratados com sigilo absoluto e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Sua identidade não será revelada em nenhuma circunstância, garantindo o anonimato das informações fornecidas. As respostas serão codificadas e armazenadas em ambiente seguro, acessível apenas à pesquisadora responsável.

4. Participação Voluntária

Sua participação é inteiramente voluntária. Você pode desistir a qualquer momento, sem prejuízo ou necessidade de justificativa. Dúvidas sobre a pesquisa podem ser esclarecidas pelo contato disponibilizado.

5. Considerações Éticas

O projeto respeitará os preceitos éticos vigentes sobre pesquisas com seres humanos, assegurando dignidade, privacidade e bem-estar dos participantes, conforme normas éticas aplicáveis.

6. Contato para Esclarecimentos

Para mais informações, estou à disposição pelo telefone 64 99655-7612.

Declaro que li, compreendi e concordo em participar desta pesquisa de forma livre e esclarecida.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

Tempo de serviço na Polícia Militar:

- Menos de 1 ano
- 1 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- Mais de 10 anos

Tempo de serviço na unidade de Piranhas-GO:

- Menos de 1 ano
- 1 a 3 anos
- 4 a 7 anos
- Mais de 7 anos

Grau de instrução:

- Ensino Médio completo
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Pós-graduação

O efetivo atual da unidade é suficiente para atender a demanda da segurança pública no município.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

A falta de efetivo compromete a segurança da equipe policial durante as operações.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

O tempo de resposta às ocorrências é impactado pela carência de policiais na unidade.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

As escalas de serviço e carga horária são adequadas às condições da unidade.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

A unidade consegue manter uma presença ostensiva suficiente para garantir a sensação de segurança da população.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

A sobrecarga de trabalho devido ao baixo efetivo afeta a qualidade da prestação do serviço policial.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

A unidade adota medidas eficazes para otimizar o policiamento, mesmo com efetivo reduzido.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

O suporte administrativo da PMGO é suficiente para lidar com as dificuldades operacionais da unidade.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

Existem estratégias eficazes para garantir que a população se sinta segura, mesmo com o número reduzido de policiais.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

A unidade tem recebido reforço ou transferência de policiais para minimizar a carência de efetivo.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

O treinamento e as diretrizes institucionais fornecem preparo adequado para atuar em condições de efetivo reduzido.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

Há uma boa comunicação entre a unidade e os órgãos superiores para buscar soluções para a falta de efetivo.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

Os policiais da unidade demonstram interesse em permanecer na cidade a longo prazo.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

A falta de efetivo afeta minha motivação para continuar na unidade.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

As condições de trabalho na unidade são compatíveis com a missão da Polícia Militar.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

Caso houvesse melhores condições estruturais, eu permaneceria na unidade por mais tempo.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

A segurança pública em Piranhas-GO pode ser melhorada sem a necessidade de aumento de efetivo, apenas com reestruturação administrativa e logística.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

Caso queira deixar algum comentário adicional sobre os desafios enfrentados na unidade, escreva abaixo: (Resposta aberta opcional)

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Quais são os desafios enfrentados pela unidade da PMGO em Piranhas-GO devido ao efetivo reduzido?

Como a distribuição do efetivo na unidade impacta o atendimento às ocorrências e a segurança pública no município?

Quais medidas administrativas são adotadas para suprir a carência de efetivo e manter a cobertura operacional?

Existe alguma estratégia para otimizar o policiamento ostensivo e aumentar a sensação de segurança da população?

A falta de efetivo influencia o tempo de resposta a ocorrências? Quais são os principais impactos disso na prática?

Há algum tipo de suporte institucional para minimizar os efeitos do baixo efetivo, como operações conjuntas com outros órgãos de segurança pública?

Os policiais da unidade demonstram interesse em permanecer na cidade ou há alta rotatividade? O que impacta essa decisão?

Quais as dificuldades enfrentadas na comunicação com órgãos estaduais e federais para solicitação de reforço no efetivo?

A unidade tem recebido novas nomeações ou transferências para reforçar o contingente? Como funciona esse processo?

O senhor acredita que mudanças na estrutura organizacional da PMGO poderiam melhorar a distribuição do efetivo em municípios menores? Se sim, quais sugestões poderiam ser implementadas?